

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	10
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	12
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	13
2.5 Medições não contábeis	14
2.6 Eventos subsequentes as DFs	16
2.7 Destinação de resultados	17
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	20
2.10 Planos de negócios	21
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	23
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	24
5.2 Descrição dos controles internos	26
5.3 Programa de integridade	28
5.4 Alterações significativas	31
5.5 Outras informações relevantes	32

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os valores constantes nesta Seção 2 foram extraídos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar”) referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela CVM e conforme as International Financial Reporting Standards (“IFRS”).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia (“Diretoria”) entende que a Unipar possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazos. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução de seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua performance operacional, seus *covenants* e sua estrutura de capital com base, dentre outros, no indicador Dívida Líquida sobre o LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização (que é a tradução da expressão *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA) e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM, o LAJIDA (EBITDA) corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se no artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM nº 156/2022, de 23 de junho de 2022.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Abaixo, é detalhado o comportamento de cada um destes itens.

Em 2022, a Companhia (i) manteve o *rating* de suas emissões de debêntures em elevado para AA+(bra) / Fitch Ratings, com perspectiva estável e (ii) realizou a amortizações de debêntures da 4ª emissão e 5ª emissão, conforme previsto originalmente nos cronogramas.

Na tabela abaixo, é apresentado o índice de alavancagem financeira. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava dívida líquida consolidada, com saldo negativo em R\$ 22,2 milhões, tendo a dívida bruta reduzido em 5,6% em relação a 2021.

Endividamento Consolidado (R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	Var.
-------------------------------------	------------	------------	------

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Dívida Bruta	1.391.744	1.474.829	-5,6%
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.413.969	1.622.449	-12,8%
Dívida Líquida	(22.225)	(147.620)	-84,9%
Total do Patrimônio Líquido	2.355.333	2.321.437	1,5%
Índice de Alavancagem Financeira	-0,9%	-6,4%	

Abaixo encontra-se o cálculo do EBITDA e indicador dívida líquida/EBITDA, tomando como base o EBITDA Consolidado calculado conforme a Resolução CVM nº 156/2022.

EBITDA Consolidado (R\$ mil)	2022 (D)	2021 (E)	Var. (D)/(E)
Lucro Líquido	1.334.303	2.003.833	-33,4%
Imposto de Renda/Contribuição Social	717.687	1.031.490	-30,4%
Resultado Financeiro Líquido	328.268	(90.835)	-
Depreciação e Amortização	247.296	219.354	12,7%
EBITDA	2.627.554	3.163.842	-17,0%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>36,1%</i>	<i>50,3%</i>	<i>-14,2 p.p</i>
Dívida Líquida/EBITDA	-0,01x	-0,05x	

O EBITDA (calculado de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022), em 2022, foi de R\$ 2.627,6 milhões, 17,0% inferior ao registrado em 2021, resultante, sobretudo, do aumento da receita decorrente do maior volume de vendas no ano e da elevação do preço médio da soda cáustica no mercado internacional e, também, efeitos não-recorrentes como crédito referente a processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e ajuste de preço de aquisição relacionado ao acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC.

Índices de Liquidez - Consolidado	2022	2021
Corrente (Ativo circulante / Passivo circulante)	1,74	1,73
Geral (Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.)	0,89	0,94

Em 2022, o índice de liquidez corrente consolidado foi de 1,73 em 2021 para 1,74, e o índice de liquidez geral foi de 0,94 em 2021 para 0,89, decorrente, principalmente, de redução do montante disponível de caixa na Companhia.

b. estrutura de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia.

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Estrutura de Capital – Consolidado (R\$ mil)	2022	2021
Passivo exigível – capital de terceiros	3.639.920	3.926.771
Patrimônio líquido – capital próprio	2.355.333	2.321.437
Total do passivo – capital total	5.995.253	6.248.208
<i>Exigível / PL</i>	<i>1,55</i>	<i>1,69</i>

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, a posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelos negócios de soda cáustica, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila ("PVC"), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 1.414,0 milhões, sendo R\$ 402,1 milhões de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 1.011,8 milhões de aplicações financeiras.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e, quando necessário, obtenção de garantias pessoais/corporativas, como, por exemplo, seguro de crédito, carta de crédito, fiança bancária, dentre outras.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

Em relação à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e de captações de contratos financeiros de curto e longo prazos.

Em 2022, a dívida bruta foi reduzida em 5,6% em relação a 31 de dezembro de 2021, devido principalmente à amortização final da 2ª série da 4ª emissão de debêntures e amortização parcial da 5ª emissão de debêntures, conforme cronogramas originais. Em dezembro de 2022, o *rating* da Companhia foi mantido em AA+(bra) / Fitch Ratings.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional e as captações realizadas nos últimos anos.

A Companhia mantém, adicionalmente, linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazos e manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Diretoria da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Conforme mencionado anteriormente, a Diretoria da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento estratégico, bem como para perpetuidade e sucesso de seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazos, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os exercícios de 2022 e 2021 com saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 3.639,9 milhões e R\$ 3.926,8 milhões, respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 1.391,7 milhões e R\$ 1.474,8 milhões, respectivamente.

Endividamento total

Endividamento (R\$ mil)	Moeda	31/12/2022	31/12/2021	Var.
Debêntures	R\$	1.102.149	1.157.764	-4,8%
Nota Promissória	R\$	242.631	210.640	15,2%
Capital de Giro	R\$	12.347	62.706	-80,3%
Capital de Giro	AR\$	-	2	-
BNDES	R\$	34.617	43.717	-20,8%
Dívida Bruta		1.391.744	1.474.829	-5,6%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, são apresentados os contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia em 31/12/2022 com eventuais restrições (*covenants* financeiros):

Empréstimos/ Financiamentos (R\$ mil)	Moeda	Indexador	2022	Covenants Financeiros
BNDES	R\$	IPCA + 2,14% a.a.	20.490	Sem covenants financeiros
BNDES	R\$	TJLP + 1,87% a.a.	14.127	Sem covenants financeiros
Capital de giro	R\$	CDI + 1,25% a.a.	12.347	Sem covenants financeiros
Debêntures - 5ª emissão	R\$	CDI + 1,25% a.a.	215.287	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures – 6ª emissão	R\$	CDI + 1,70% a.a.	122.783	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(1ª série)				2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures – 6ª emissão (2ª série)	R\$	CDI + 2,00% a.a.	246.583	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures – 7ª emissão	R\$	CDI + 1,70% a.a.	517.496	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Notas promissórias – 3ª emissão (1ª série)	R\$	CDI + 1,70% a.a.	120.773	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Notas promissórias – 3ª emissão (2ª série)	R\$	CDI + 2,00% a.a.	121.858	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA¹/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.

¹ EBITDA, conforme instrumento de escritura particular da 5ª emissão de debêntures, da 6ª emissão de debêntures, da 7ª emissão de debêntures e da 3ª emissão de notas promissórias, corresponde ao lucro operacional consolidado da Companhia adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos abaixo, a Companhia não mantinha qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas na tabela.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante o último exercício social, exceto por aquelas dívidas com garantia real, as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os *covenants* dos empréstimos relevantes em 31 de dezembro de 2022 são apresentados no quadro acima do item (i), sendo referentes a Dívida Líquida/EBITDA, Capex e Resultado Financeiro/EBITDA. A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* acarreta o vencimento antecipado da dívida. Até o presente momento, a Companhia está adimplente com os compromissos assumidos em seus contratos.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía saldo ainda não utilizado/liberado referente aos contratos de financiamentos já contratados com o BNDES.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstrações dos Resultados – Consolidado (R\$ mil)	2022	AV	2021	AV	AH
Receita operacional líquida	7.270.406	100%	6.289.369	100%	15,6%
Custo dos produtos vendidos	(4.015.101)	55%	(3.486.604)	55%	15,2%
Lucro bruto	3.255.305	45%	2.802.765	45%	16,1%
Despesas com vendas	(272.527)	4%	(197.736)	3%	37,8%
Despesas administrativas	(507.986)	7%	(409.025)	7%	24,2%
Resultado de equivalência patrimonial	16.771	0%	(2.534)	0%	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(111.306)	2%	751.018	12%	-
Lucro antes do resultado financeiro, ir e contribuição social	2.380.258	33%	2.944.488	47%	-19,2%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	(328.268)	5%	90.835	1%	-
Receitas financeiras	(21.412)	0%	497.639	8%	-
Despesas financeiras	(306.856)	4%	(406.804)	6%	-24,6%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.051.990	28%	3.035.323	48%	-32,4%
Imposto de renda e contribuição social (corrente) diferido	(717.687)	10%	(1.031.490)	16%	-30,4%
Lucro líquido do período	1.334.303	18%	2.003.833	32%	-33,4%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Receita operacional líquida

A Receita Operacional Líquida Consolidada, em 2022, registrou R\$ 7.270,4 milhões, crescimento de 15,6% em relação a 2021, decorrente do maior volume de vendas no ano e da elevação do preço médio da soda cáustica no mercado internacional.

Custo dos produtos vendidos (“CPV”)

Em 2022, o Custo dos produtos vendidos (“CPV”) foi de R\$ 4.015,1 milhões, 15,2% superior a 2021, decorrente da elevação dos preços dos insumos em relação ao ano passado, notadamente gás natural, energia elétrica e etileno e do maior volume de vendas.

Lucro bruto e margem bruta

O lucro bruto consolidado foi de R\$ 3.255,3 milhões em 2022, crescimento de 16,1% em relação ao exercício de 2021, devido ao crescimento da receita e eficiência na contenção de custos, correspondendo a uma margem bruta de 45%, em linha com a margem registrada em 2021.

Despesas com vendas

As Despesas com Vendas Consolidadas, em 2022, tiveram crescimento de R\$ 37,8% em relação a 2021, atingindo R\$ 272,5 milhões, decorrente do maior volume de vendas, além do aumento do custo de frete.

Despesas gerais e administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas Consolidadas totalizaram R\$ 508,0 milhões em 2022, 24,2% superior a 2021, decorrente, principalmente, de eventos não-recorrentes como o Plano de Concessão de Ações e consultorias estratégicas para novos projetos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2022, Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas Consolidadas corresponderam a uma despesa de R\$ 111,3 milhões, nos quais estão incluídas doações a projetos sociais e provisão ao fundo de incentivo à pesquisa. Em 2021, houve receita dada a inclusão de parte do crédito de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS e ajuste de preço de aquisição relacionado ao acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC.

Resultado de equivalência patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial Consolidado, referente aos resultados de participação nas empresas de energia Solalban, Tucano Holdings III, Lar do Sol e Veleiros foi de R\$ 16,8 milhões em 2022. O valor positivo foi decorrente, principalmente, do reconhecimento de multa contratual de fornecedor no Complexo Eólico Tucano, enquanto o resultado havia sido negativo em R\$ 2,5 milhões em 2021.

Resultado financeiro líquido

O Resultado Financeiro Líquido Consolidado foi negativo em R\$ 328,3 milhões em 2022. O resultado negativo no ano ocorreu devido à perda na variação cambial (R\$ 362,4 milhões no 3T22) decorrente de contrato de mútuo firmado entre Unipar Indupa do Brasil e Unipar Indupa SAIC que envolveu a compra de títulos públicos da Argentina cedidos à Unipar Indupa do Brasil e negociados no mercado norte americano. A expectativa é que haja redução desta perda ao longo do contrato em função de arbitragem de taxas frente a variação cambial.

Provisão para IR e CSLL

Exceto quanto à equivalência patrimonial, que não gera efeitos de Imposto de Renda ("IR") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), todos os demais fatores listados anteriormente contribuem para explicar a variação na despesa de IR e CSLL, especialmente o lucro. Adicionalmente, há o impacto das constituições de créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 2022, a provisão para IR e CSLL foi de R\$ 727,3 milhões e de R\$ 1.031,5 milhões em 2021.

Fluxo de Caixa (R\$ mil)	2022	2021	Var.
Caixa líquido nas atividades operacionais	2.036.327	2.289.901	-11,1%
Caixa líquido nas atividades de investimento	(67.597)	(1.414.177)	-95,2%
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(1.673.236)	(1.443.733)	15,9%
Efeito var. cambial sobre caixa e equiv. de caixa	(233.332)	(25.666)	809,1%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	62.162	(593.675)	-

Atividades operacionais

Em 2022, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 2.036,3 milhões, 11,1% inferior ao R\$ 2.289,9 milhões do ano de 2021, decorrente de mais desembolso de imposto de renda e contribuição social.

Atividades de investimentos

Em 2022, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades de investimento foi negativo em R\$ 67,6 milhões com aportes de capital relacionados às empresas investidas Tucano, Lar do Sol e Veleiros investimentos realizados na planta de Santo André e aplicações em imobilizado e intangíveis.

Atividades de financiamento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2022, houve saída líquida de R\$ 1.673,2 milhões devido à amortização de empréstimos e debêntures, com destaque para a amortização final da 2ª série da 4ª emissão de debêntures e amortização parcial da 5ª emissão de debêntures, conforme cronogramas originais e, principalmente, pelo pagamento de dividendos no período no montante de R\$ 1.375,0 milhões e recompra de ações de emissão da própria Companhia para Tesouraria no montante de R\$ 43,8 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

a. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro e derivados de cloro, soda cáustica e PVC, através de três plantas localizadas nos municípios de Cubatão (SP-Brasil), Santo André (SP-Brasil) e Bahía Blanca (Argentina), sendo sua receita composta por estes três produtos e seus derivados.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

	2022		2021	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Produção de soda, cloro e derivados de cloro e PVC	7.270.406	100,0%	6.289.369	100,0%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme comentários da Diretoria inseridos no item 2.1 deste Formulário de Referência, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia no último exercício social foram, principalmente, o aumento do volume de vendas de soda cáustica, o aumento dos preços internacionais de referência dos produtos vendidos e o custo dos principais insumos.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda, basicamente, no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas.

Apesar de, em algumas situações, ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação.

Aproximadamente 85% da receita operacional da Companhia é referenciada à cotação dos preços da soda cáustica e PVC no mercado internacional em dólar norte-americano e o restante, à cotação de preços no mercado interno em real.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo as receitas não estando indexadas diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A etc.), parte dos custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do etileno, insumo primordial no processo de produção do PVC, que tem referência em dólar norte-americano. Sendo assim, pode haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira, assim como no sal, em menor escala. Cerca de 30% do custo dos produtos vendidos está atrelado ao dólar norte-americano.

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte da dívida da Companhia está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), conforme demonstrado no item 2.1. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar o resultado financeiro de forma significativa.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis no último exercício social, assim como não houve efeitos significativos nas informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 como resultado de alteração de práticas contábeis.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer do auditor às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 não apresentou opiniões modificadas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em agosto de 2022, a Companhia concluiu a constituição da *joint venture* com a Atlas Lar do Sol Holding S.A. (“Atlas Renewable Energy”) mediante a aquisição de parte das ações de emissão de sociedades de propósito específico (“SPEs”; “Lar do Sol”) detidas pela Atlas Renewable Energy para a implantação de projeto de geração de energia solar em Pirapora, Estado de Minas Gerais, cuja construção encontra-se em andamento, possibilitando, assim o regime de autoprodução de energia por equiparação (“Projeto”). O Projeto possui 239 MWp de capacidade solar instalada, sendo que 49 MW médios serão comercializados por meio de um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica de longo prazo firmado entre as SPEs e a Companhia, com início do período de suprimento estimado para 2024 (“PPA”).

Em agosto de 2022, a Unipar Indupa do Brasil S.A. concluiu a constituição de uma *joint venture* tendo por objeto a geração de energia eólica, com a AES Brasil Energia S.A., no Complexo Eólico Cajuína, nas cidades de Lajes, Pedro Avelino, Angicos e Fernando Pedroza, no Estado do Rio Grande do Norte, cuja construção se iniciou em maio de 2022, com capacidade eólica instalada 91 MW, dos quais 40 MW médios serão comercializados junto à Unipar por meio de um contrato de compra de energia com prazo de 20 anos com início de vigência em 2024 e sob regime de autoprodução (“PPA”).

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou às suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156/2022, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no resultado antes dos tributos, acrescido das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

O EBITDA é utilizado como uma medida prática de desempenho pela administração da Companhia, razão pela qual se entendeu importante a sua inclusão neste formulário. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medida com título semelhante fornecido por outra companhia.

Seguem abaixo os valores do EBITDA da Companhia:

EBITDA Consolidado (R\$ mil)	2022	2021	Var.
EBITDA	2.627.554	3.163.842	-17,0%

O EBITDA Consolidado, em 2022, foi de R\$ 2.622,2 milhões, redução de 17,1% em relação a 2021. Apesar do desempenho operacional, a redução foi registrada devido a eventos não-recorrentes com efeitos positivos (ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa SAIC e reconhecimento de créditos de PIS/COFINS) em 2021.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA Consolidado:

EBITDA Consolidado (R\$ mil)	2022	2021	Var.
Lucro Líquido	1.334.303	2.003.833	-33,4%
Imposto de Renda/Contribuição Social	717.687	1.031.490	-30,4%
Resultado Financeiro Líquido	328.268	(90.835)	-
Depreciação e Amortização	247.296	219.354	12,7%
EBITDA	2.627.554	3.163.842	-17,0%
Margem EBITDA	36,1%	50,3%	-14,2 p.p

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é um indicador não contábil utilizado pela administração da Companhia para aferir o seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicador financeiro utilizado para avaliar os resultados de uma companhia sem influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia entende que o EBITDA é um indicador adicional às demonstrações financeiras. No entanto, não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). Dessa forma, não deve

2.5 Medições não contábeis

ser utilizado como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicador de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medida com título semelhante fornecido por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não constam eventos subsequentes às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 capazes de alterá-las substancialmente.

2.7 Destinação de resultados

<p>a. Regras sobre retenção de lucros</p>	<p>A Companhia adota como política de retenção de lucros as previsões contidas em sua Política de Destinação de Resultados aprovada em 31 de julho de 2019, seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício.</p> <p>A Companhia prevê a seguinte destinação para o seu lucro do exercício: (i) a participação dos empregados nos lucros ou resultados, respeitados os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados e observadas as disposições legais; (ii) a participação dos administradores no lucro social em valor até o teto legal admitido; (iii) 5% (cinco por cento) para formação de fundo de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (iv) pagamento de dividendo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por ações preferenciais Classe “A”, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% (cento e dez por cento) do atribuído a cada ação ordinária (v) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva especial para dividendos; e (vi) o saldo restante, respeitado o eventual registro de lucros na reserva de lucros a realizar, será levado à reserva para investimentos.</p>
<p>a.i. Valores das Retenções de Lucros</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou retenções em seu lucro líquido, sendo que (i) R\$ 45.774.864,57 foram destinados à reserva legal e (ii) R\$ 45.774.864,57 foram destinados à reserva especial para dividendos.</p>
<p>a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados</p>	<p>Reserva legal: 3% Reserva especial: 3%</p>
<p>b. Regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações deve ser anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo; (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe “A” tem direito a dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano calculado sobre a parcela do capital social constituída por essa classe de ação; e (iii) os acionistas titulares de ações preferenciais classe “B” tem prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.</p>
<p>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>A política de distribuição de dividendos da Companhia garante aos acionistas a distribuição anual de dividendos, sempre que houver lucro ou reservas de lucros. Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta do lucro apurado (i) com base no balanço semestral e (ii) com base em balanços levantados em períodos menores.</p>
<p>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>
<p>e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na</p>	<p>A Companhia possui Política de Destinação de Resultados aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2019. A política está disponível no site da CVM (www.gov.br/cvm) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.unipar.com).</p>

2.7 Destinação de resultados

rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	
---	--

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao último exercício social.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O atual programa de investimentos contempla a implantação de projetos voltados à continuidade, manutenção e expansão operacional, que incluem a diversificação de sua matriz de energia a partir de fontes renováveis, acesso a insumos que fazem parte de seu processo produtivo e aumento da competitividade ao poder fruir dos benefícios relacionados à autoprodução de energia por equiparação, além das ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental, saúde ocupacional e projetos sociais relacionados.

Não há planos formais, aprovados por órgãos da Administração, definindo ações específicas que prevejam investimentos ou desinvestimentos relevantes na Companhia. No entanto, foram iniciados, pela Companhia, estudos de mercado e engenharia básica, referentes ao projeto de substituição do processo de produção via células de mercúrio por células de membrana para definição do montante de investimento necessário, tanto na planta de Cubatão/SP (Brasil) como na planta de Bahía Blanca (Argentina). De acordo com a Convenção de Minamata, os prazos para término da produção via mercúrio são dezembro/2025 para o Brasil e dezembro/2030 para a Argentina.

Em novembro/2021, a Companhia divulgou que sua controlada indireta Unipar Indupa do Brasil S.A. implementará projeto de ampliação da produção de cloro em 29 mil toneladas ao ano, e de soda cáustica em 32 mil toneladas ao ano na planta situada em Santo André/SP. O projeto contempla, também, a construção de um forno de ácido clorídrico com capacidade de 91 mil toneladas ao ano e prevê investimentos de cerca de R\$ 100 milhões, com início de operação estimado no 2º semestre/2023.

Em novembro/2019, a Companhia divulgou seu primeiro projeto de construção e fornecimento de energia de matriz limpa com o propósito de fornecimento de energia para as plantas no Brasil. Atualmente, há 3 projetos em andamento:

- 1) Complexo Eólico Tucano, em parceria com a AES Brasil, cuja produção e fornecimento de energia já se iniciou em 2023 e na qual a Companhia possui 50% de participação das ações da Tucano Holding III S.A.
- 2) Parque Solar Lar do Sol, em parceria com a Atlas Renewable Energy, para geração e fornecimento de energia solar localizado na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais. A construção do complexo teve início em 2021, com previsão de início do suprimento em 2024.
- 3) Complexo Eólico Cajuína (RN) / Veleiros, em parceria com a AES Brasil, para fornecimento de energia eólica e início das obras no 2º semestre de 2022.

Em 2022, a Companhia divulgou o projeto de implantação de um projeto de produção de cloro/soda e derivados no Polo Petroquímico de Camaçari, no Estado da Bahia ("Projeto"), a ser construído em modelo greenfield, com capacidade de produção de 20 mil toneladas de cloro e 22 mil toneladas de soda cáustica, além da produção de ácido clorídrico e hipoclorito de sódio.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma atribuição da Administração da Companhia. Na presente data, as principais fontes de financiamento da Companhia são a geração de caixa operacional e capital de terceiros, por meio de financiamentos bancários e mercado de capitais.

2.10 Planos de negócios

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2022, a Unipar apresentou, pela primeira vez, sua estratégia de Sustentabilidade que englobou compromissos entre 2025 e 2030 e ambições até 2050, após a realização de sua Matriz de Materialidade e divulgação do primeiro Relatório de Sustentabilidade.

Tais compromissos e ambições estão diretamente ligados aos projetos mencionados no item (i), como:

- Redução de emissão de gás carbônico
- Aumento no percentual de utilização de energia elétrica de matriz renovável
- Eliminação da utilização de mercúrio no processo de produção de cloro/soda cáustica
- Aumento no percentual de ácido clorídrico produzido com hidrogênio verde
- Compromisso com a gestão de zero acidentes e incidentes operacionais

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia esclarece que em 2022 não ocorreram outros fatores (tais como despesas com publicidade, patrocínios e convênio) que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional além dos citados nos outros itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

O Conselho de Administração aprovou, em 11 de novembro de 2021, a revisão da Política de Gestão de Riscos da Companhia, disponível no site da CVM (www.gov.br/cvm) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.unipar.com).

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

i. os riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma significativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pelo plano estratégico da Companhia, relacionados no item 4.1 desse Formulário de Referência.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia utiliza instrumentos de gestão de riscos de processos a fim de prevenir eventos e mitigar consequências à Unipar, público externo, meio ambiente, bem como prevenção de impacto à propriedade ou continuidade dos negócios. A empresa adota boas práticas de gestão de riscos, atendendo aos mecanismos de identificação, avaliação, monitoramento, prevenção e controle baseados em normativas de regulamentação local e nas principais referências internacionais bem como conta com forte controle de treinamento e atualizações de seus procedimentos.

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos corporativos e de operação, incluindo os financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade do mercado financeiro e busca minimizar potenciais efeitos adversos nos seus desempenhos financeiro, operacional, bem como eventuais danos à reputação e imagem da Companhia.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Todas as áreas participam ativamente do desenho dos processos e são responsáveis pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos inerentes ao desenvolvimento de suas atividades juntamente com a área de Gestão de Riscos. Adicionalmente, a área de Auditoria Interna realiza a identificação de controles mitigatórios existentes. Diretorias, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração e Fiscal monitoram a eficácia e eficiência do sistema de controles internos da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O ambiente de controles internos contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus colaboradores. Os riscos inerentes aos negócios/atividades e os respectivos controles para mitigá-los são revisados semestralmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento dos objetivos. Mas devido a certas limitações, os controles internos podem não evitar ou detectar todos os erros.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia monitora os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, sempre atenta às novas tecnologias e boas práticas de mercado a fim de aprimorá-los.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia possui um compromisso com os seus controles internos de modo a apresentar adequadamente o registro das suas transações, sua posição financeira e os resultados das suas operações.

Os diretores avaliam a confiabilidade dos controles internos da Companhia referente aos processos internos e de preparação e elaboração das demonstrações financeiras. Tais procedimentos são suficientes e eficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos divulgados a todo o grupo econômico, bem como em áreas dedicadas e ferramentas específicas para monitoramento de risco.

Todas as áreas que geram transações financeiras (ex.: vendas, custos, despesas, impostos etc.) participam ativamente do desenho de seus processos operacionais de registro e controle. A Diretoria, Presidência, Comitês Internos (ex.: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração, Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Compliance, Financeiro, Controladoria e Fiscal são responsáveis pelo monitoramento e avaliação da eficácia do sistema de controles internos.

O ambiente de controle interno contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus colaboradores, sendo todos os processos mapeados. Ademais, os riscos inerentes aos negócios/atividades da Companhia e os respectivos controles para mitigá-los são revisados semestralmente pela área de Gestão de Riscos, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento de objetivos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

Importante ressaltar que, em 2015, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê de Auditoria (não estatutário) para administrar a relação da Companhia com a auditoria independente, acompanhar os trabalhos da área de Auditoria Interna observar a conformidade dos trabalhos realizados.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O controle interno da Companhia fornece confiabilidade à elaboração das informações e demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis.

5.2 Descrição dos controles internos

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros, de modo que os sistemas fornecem confiabilidade somente até certo ponto em relação à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração está continuamente atenta às novas tecnologias, investimentos e boas práticas de mercado em relação a controles internos a fim de aprimorá-los.

Os relatórios sobre controles internos emitidos pela área de Auditoria Interna, bem como pelo auditor independente, são apresentados pelos próprios auditores à Diretoria e aos integrantes do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

As recomendações dos auditores independentes para melhoria nos processos de controle interno são diligentemente analisadas pela Companhia quanto à aplicabilidade, a mitigação de riscos e a magnitude e probabilidade de ocorrência e o custo/benefício da implementação de novos processos e controles.

Durante a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificada deficiência de controles que pode ser considerada significativa e/ou com impactos relevantes relativa à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia pelo auditor independente e não houve nenhuma deficiência grave (ou fraqueza material).

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os Diretores da Companhia analisaram a deficiência identificada nos procedimentos e controles internos utilizados para elaboração das demonstrações financeiras no ano de 2021 e melhoraram os procedimentos de execução das Demonstrações Financeiras em 2022 para sanar o ponto. De qualquer forma, independente das análises externas, a Companhia trabalha continuamente na melhoria destes processos e cria mecanismos de controle para evitar recorrência e os planos elaborados serão compartilhados com a auditoria independente para a garantia da evolução dos processos e cobertura dos riscos.

5.3 Programa de integridade

Há uma área de Auditoria Interna formalmente estabelecida que é responsável pelos trabalhos relacionados a todos os processos da Companhia. O escopo abrange os processos financeiros, fiscais, produtivos, entre outros.

Também há projetos voltados especificamente para controles internos, melhoria de fluxos de informação operacional e gerencial, desenvolvimento e revisão de políticas e procedimento internos, segurança da informação, além de trabalhos de investigação interna.

Todos estes trabalhos são baseados em um Plano de Auditoria Anual que é submetido ao Comitê de Auditoria, Presidência e Conselho de Administração para validação e aprovação formal.

Adicionalmente, há uma matriz de riscos de auditoria, em que são utilizadas metodologias específicas de avaliação, cálculos e estatísticas para a definição das prioridades a serem auditadas. Além disso, foi desenvolvida a frente de auditoria contínua com automação de testes de auditoria no sistema SAP.

Também há um Comitê de Auditoria estabelecido formalmente (não estatutário) e que trata os assuntos relacionados à temas contábeis, financeiros, fiscais, de controles internos e de auditoria, tanto interna quanto externa. Este Comitê é um órgão assessor do Conselho de Administração.

Ainda, a área de Compliance, por meio de seu programa, trata de demandas relacionadas à conformidade e integridade, devendo fazer o reporte ao Comitê de Ética para que possa deliberar sobre os temas.

Há também auditorias trimestrais e anuais das demonstrações financeiras (ITR e Balanço) da Unipar com emissão de parecer dos auditores independentes, devidamente divulgadas e arquivadas na CVM.

Por fim, há um grupo na Companhia focado especificamente em demandas relacionadas à segurança da informação, gestão de perfis de acesso ao ERP (SAP), aplicação de políticas de segurança, permissões de acesso, campanhas de segurança da informação, entre outros. Estes assuntos geralmente são tratados pela área de TI e Auditoria Interna com o objetivo de executar atividades rotineiras de melhoria de controles internos e compliance.

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia elaborou documentos alinhados com as melhores práticas do mercado, que estabelecem diretrizes para nortear qualquer relacionamento com agentes e órgãos públicos, como por exemplo: Código de Conduta, Código de Conduta para Terceiros, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política de Compliance, Política de Responsabilidade Social, Política Concorrencial, entre outros

Há treinamentos formais e periódicos sobre o tema para todos os colaboradores até a presidência.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

5.3 Programa de integridade

A avaliação é realizada semestralmente e com base nos resultados obtidos são desenvolvidos planos de ação para mitigação dos riscos, que são refletidos em políticas, procedimentos e no próprio ambiente de controles internos.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance reporta-se ao Conselho de Administração sob gestão do gerente executivo da área. As diretrizes do programa de Compliance estão apresentadas na Política de Compliance (<https://ri.unipar.com/governanca-corporativa/estatuto-social-e-politicas/>)

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Conduta, Código de Conduta para Terceiros, Política Anticorrupção, Política de Compliance, Política de Conflito de Interesses, Política de Responsabilidade Social e Política Concorrencial.

Há treinamentos anuais para todos os colaboradores. De acordo com o Código de Conduta é de responsabilidade de cada colaborador o conhecimento das diretrizes expressas no Código e, qualquer violação a tais orientações resultará em medidas disciplinares apropriadas, tais como advertência verbal ou escrita, suspensão e demissão, que podem ser adotadas de acordo com a gravidade da infração para salvaguardar a reputação e imagem da Companhia.

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2021. O Código pode ser acessado no site institucional da Companhia (<https://www.unipar.com/programa-de-compliance/>).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

5.3 Programa de integridade

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia conta com um canal de denúncias formal e independente que recebe todas as ocorrências que necessitam de tratamento e investigação. Esse canal funciona 24 horas, 7 dias por semana.

O canal de denúncias é um mecanismo de comunicação abrangente e confidencial que pode ser usado por colaboradores, fornecedores, clientes ou qualquer interessado para fazer uma denúncia, perguntas e levantar questões em relação ao Código de Conduta da Unipar, políticas da empresa, procedimentos ou comportamentos contrários à lei.

Importante salientar que esse Canal é gerido por uma empresa especializada e o denunciante não precisa se identificar. Há também um link em nossa página institucional para acesso a este Canal (<https://www.unipar.com/linha-direta/>).

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

Não aplicável.

5.5 Outras informações relevantes

Não aplicável.